



Engajamento Continuado no Século XXI por meio da Educação Militar Profissional

Roberta S. Jacobson

A COMUNIDADE INTERAMERICANA, à medida que entra no século XXI, observa uma rápida mudança num mundo cada vez menor, resultante das descobertas tecnológicas e das reorganizações ideológicas. Com o desaparecimento da principal fricção e distração causada pela confrontação bipolar que chamamos de Guerra Fria vemos emergir, no seu lugar, perigosas ameaças regionais e nacionais. O Governo dos EUA mudou o enfoque de sua política para acompanhar o mutante ambiente global pós-Guerra Fria. Gostaria de abordar, neste artigo, as metas da política externa dos EUA para as Américas, e o que o nosso governo e seus vários vizinhos, consideram as oportunidades e desafios do hemisfério.

Entramos em um novo século e um novo milênio onde nos defrontamos com desafios e oportunidades sem precedentes. Desde o Ártico Canadense até a Terra do Fogo, chegamos a um consenso hemisférico sobre objetivos básicos econômicos e políticos. As duas Cúpulas das Américas refletem esta convergência. O povo quer instituições democráticas livres de corrupção e nepotismo. O povo quer desenvolvimento econômico e prosperidade para todos. Apesar da tensão e dos experimentos durante os últimos anos, essas convicções fundamentais permanecem muito fortes — mais fortes do que em outras partes do mundo. Embora, nesta última década, tenhamos alcançado um expressivo progresso em relação a um governo democrático e uma abertura econômica, ainda temos muito trabalho a nossa frente, se é que desejamos que essas realizações se tornem melhoramentos tangíveis para a população de todo o hemisfério.

Política Externa dos EUA na Região

Uma das metas dos EUA é apoiar e auxiliar nossos vizinhos hemisféricos a fortalecerem suas democracias, modernizar seus sistemas judiciais e propagar o “cum-

primento da lei”, institucionalizar as reformas econômicas e abordar as preocupações mútuas. Essas preocupações consistem de desafios globais à democracia, tal como o terrorismo, crime organizado transnacional, a corrupção, o tráfico de drogas, tráfico ilegal de armas e a lavagem de dinheiro. Combatemos esses desafios globais segundo a lei dos direitos humanos e as normas do direito internacional.

Por que esses objetivos são importantes para os EUA? Para as Américas? Por que esses desafios globais são tão significantes? O que acontece diariamente no hemisfério ocidental afeta diretamente nossas vidas não apenas nos Estados Unidos, mas também na região. E, a cada ano, esse efeito será mais acentuado. Juntos, nosso objetivo deverá ser um melhor entendimento desse relacionamento e um apoio para que produza um melhor futuro para todos os cidadãos das Américas. Para isso, os esforços da política externa na região devem visualizar três elementos:

- **Construir a Democracia:** As democracias fazem amigos passíveis e companheiros confiáveis de comércio, pontos excelentes para a nossa segurança. Num hemisfério pacífico, gastamos menos em defesa e podemos investir mais no bem-estar de nossas sociedades. As democracias respeitam os direitos humanos, são menos tolerantes com a corrupção e mais prováveis de construir sistemas legais que estabelecem regras justas para todos. Nosso hemisfério tem alcançado enorme progresso para alcançar o objetivo da democratização. O princípio de uma resposta coletiva às interrupções impostas à democracia já está consagrado neste hemisfério, fator que coopera para o impedimento do retorno das ditaduras do passado. Para reforçar ainda mais esse progresso, as nações democráticas do Hemisfério Ocidental têm sido convidadas a participar de um pioneiro esforço para criar uma Comunidade de Democracias global no mês de

junho de 2001, em Varsóvia. Essa iniciativa unirá países de todo o mundo comprometidos com a democracia para fomentar o diálogo e a colaboração, e expandir a cooperação internacional para fortalecer os governos democráticos. Existe muito a ser ensinado às outras partes do mundo pelos líderes do hemisfério. E existe ainda muito mais o que aprender.

● **Fortalecer nossas Economias:** Os Estados Unidos têm um enorme investimento no hemisfério — da mesma forma que nossos vizinhos hemisféricos estão amplamente influenciados pela economia dos EUA. Praticamente qualquer índice que for escolhido demonstrará

As democracias fazem amigos passíveis e companheiros confiáveis de comércio, pontos excelentes para a nossa segurança. Num hemisfério pacífico, gastamos menos em defesa e podemos investir mais no bem-estar de nossas sociedades. As democracias respeitam os direitos humanos, são menos tolerantes com a corrupção e mais prováveis de construir sistemas legais que estabelecem regras justas para todos. Nosso hemisfério tem alcançado enorme progresso para alcançar o objetivo da democratização.

como nossos futuros se encontram entrelaçados. Em termos de comércio, nos nove primeiros meses de 1999, exportamos quase um quarto de um trilhão de dólares em mercadorias para o hemisfério ocidental, inclusive 121 bilhões para o Canadá e 102 bilhões para a América Latina e o Caribe. Vendemos mais para os nossos dois vizinhos do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA — *North American Free Trade Agreement*) do que para toda a Europa. Vendemos mais para os quatro países do Mercado Comum do Sul — MERCOSUL do que para a China e a Índia juntos. Nossa meta de estabelecer uma Área de Livre Comércio das Américas (*Free Trade Area of the Americas — FTAA*) é ambiciosa mas passível de ser realizada. Esse nível sem precedentes de integração econômica traduz-se em oportunidades positivas para as economias de todos os países.

● **O Papel das Forças Armadas:** A transição da ditadura militar para democracia gerou um cenário militar diferente no Hemisfério Ocidental, com novas definições de segurança. Democratização, melhoramen-

tos nas relações cívico-militares, a adoção de mecanismos transparentes, e um menor número de ameaças externas alteraram o ambiente de segurança. Como resultado, algumas forças policiais e militares da região tiveram de redefinir seus papéis e mudar suas prioridades. Hoje em dia, essas forças estão participando de missões de manutenção da paz e remoção de minas, e proporcionam assistência humanitária em esforços de reconstrução. Por exemplo, vários países do Caribe participaram da força multinacional sancionada da Organização das Nações Unidas (ONU) para restaurar o governo eleito do Haiti em 1994. Além disso, três países sul americanos — Argentina, Chile e Venezuela — serviram no grupo do Secretário Geral da ONU “Amigos do Haiti” em conjunto com os EUA, o Canadá e a França. Ao mesmo tempo, com esse novo ambiente de segurança, a América Latina e o Caribe se vangloriavam por terem o mais baixo orçamento de defesa do mundo (porcentagem do Produto Interno Bruto — PIB).

Entretanto, surgiram ameaças, novas e não-tradicionais, que não reconhecem fronteiras — crime transnacional, lavagem de dinheiro, imigração ilegal, terrorismo, e umas poucas disputas tradicionais de fronteiras. Essas ameaças modernas só podem ser abordadas eficazmente através de uma cooperação multilateral. São necessárias comunicações eficazes entre governos nacionais e forças de segurança profissionais para que se possa responder apropriadamente e aumentar a capacidade para ações conjuntas e multinacionais. Um bom exemplo de cooperação multilateral e compromisso com a segurança regional é o acordo assinado, em 1995, entre o Equador e Peru. Com o apoio dos países garantes (MOMEPA) — Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos, as negociações para a solução da crise fronteiriça e a desmilitarização da zona de combate entre aqueles dois países foi bem-sucedida. Instrumental para esse êxito foram os graduados de várias escolas militares e instituições educacionais norte-americanas que tiveram um expressivo papel na resolução do conflito.

Finalmente e de maior importância, a luz de um novo ambiente militar e de ameaças modernas, as forças militares devem trabalhar em cooperação com as autoridades civis, de acordo e com o devido respeito às regras civis, o cumprimento da lei e dos direitos humanos. A maioria dos cidadãos no hemisfério continua a apoiar as regras civis e democráticas, bem como a maioria dos militares continua comprometido com ela. Temos observado dramático progresso na última década no relacionamento entre autoridades civis e militares. Agora elas trabalham juntas, e assuntos de segurança nacional são, com frequência, debatidos abertamente num verdadeiro ambiente democrático.

Progresso e Oportunidades na Região

Para demonstrar até onde já chegamos, visualize como era a situação em dois países contrastantes na parte oposta da região: Argentina e El Salvador. Há vinte anos, ambos tinham uma ditadura militar apossada por conflitos civis e por um péssimo histórico sobre direitos humanos. Ambos sofreram com a estagnação do crescimento, ou nenhum crescimento, e várias reviravoltas sociais e políticas.

Muita coisa mudou. Atualmente, a Argentina e El Salvador são democracias estáveis. As violações dos direitos humanos são praticamente inexistentes e prevalece o cumprimento da lei. Argentina é um líder na contribuição de tropas para as missões de manutenção da paz em todo o mundo ultrapassando, em número, as operações de paz sob encargo dos EUA para a ONU. Em El Salvador, a Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN) — antigos guerrilheiros — abraçaram o processo democrático e mais recentemente emergiram como o maior partido na Assembléia Geral Nacional. Entre os temas acaloradamente discutidos nesses dois países incluem-se medidas anti-corrupção e privatização de estatais. A economia de ambos os países — embora em dimensões totalmente diferentes - graças às decisões dessas nações em relação à modernização, estão muito mais robustas do que quando se encontravam sob os anti-quadros sistemas e políticas caóticas do passado.

Esse exemplo é repetido por todo o hemisfério, com uma persistente tristeza — mas certamente não inevitável — exceção de Cuba. Um país após o outro optou pelo mesmo caminho de El Salvador e da Argentina. Todos elegeram democraticamente seus governos. Com vários graus de êxito, pelo menos todos começaram a dar mais poder a seus cidadãos e um melhor governo. Na verdade, este é um extraordinário acontecimento — praticamente sem paralelo em qualquer parte do mundo.

Desafios para a Região

Embora acreditemos que a América Latina e o Caribe são regiões onde prevalece a democracia, esse progresso não é irreversível. Como disse a Secretária de Estado Madeline Albright, “a complacência é a inimiga da democracia”. Portanto, enquanto fizemos muito progresso na última década, não devemos nos tornar complacentes.

O excelente recorde de democratização na região, desde o apogeu dos governos militares há uns vinte anos, não deve ser subestimado. Desde os tempos em que um golpe militar podia ser claramente identificado como tal, surgem situações hoje em dia, que são bem mais complexas, cuja anticonstitucionalidade não é bem clara e mais difícil de abordar ou combater. Em alguns casos, o legado de um comando militar foi um papel desproporcional das forças armadas na esfera política.

Além disso, o fracasso de certos países em aceitar seus abusos na esfera dos direitos humanos, de revelar a verdade e procurar uma reconciliação, e um certo grau de justiça pelos abusos passados, impede a habilidade da sociedade de se refazer e seguir em frente.

Alguns países não alcançaram a massa crítica onde a

Embora acreditemos que a América Latina e o Caribe são regiões onde prevalece a democracia, esse progresso não é irreversível. Como disse a Secretária de Estado Madeline Albright, “a complacência é a inimiga da democracia”. Portanto, enquanto fizemos muito progresso na última década, não devemos nos tornar complacentes. O excelente recorde de democratização na região, desde o apogeu dos governos militares há uns vinte anos, não deve ser subestimado.

sólida economia doméstica é comparada com um processo decisório baseado num consenso — a combinação que obtém resultados e ganha a confiança dos cidadãos. Portanto, o grande desafio para todos os países latino-americanos é alcançar um consenso dentro do corpo político para seguir rumo a sua visão do futuro. Isso não é fácil, em parte, porque partidos políticos estabelecidos se encontram assediados em muitos países. Outrossim, as severas disparidades de salários e a redução de discussões sobre temas políticos constituem-se num expressivo atraso para a democratização.

O resultado do crescimento econômico durante a década de 90 foi distribuído desproporcionalmente — tanto entre os hemisférios como entre as populações de cada país. Muitos desfrutaram de um melhor padrão de vida, entretanto, um sem-número de pessoas não recebeu nenhum benefício. De fato, grandes partes da população da América Latina e do Caribe ainda vivem numa pobreza desconcertante. É muito preocupante saber que na medida em que entramos no século XXI, um terço da população da América Latina vive com \$2.00 ou menos por dia, e a desigualdade de salários é a pior de todas as regiões do mundo.

A situação, cunhada pelo historiador Crane Briton como “a revolução resultante do aumento de expectativas”, é complicada — em síntese, à medida que o povo fica mais informado sobre as possibilidades resultantes da liberdade e da prosperidade e, à medida que a mídia apresenta para os pobres urbanos o que eles não têm, tornando-os cada vez mais descontentes com o modesto e até

mesmo estável melhoramento. Ficam impacientes, sendo tentados a optar por mudanças mais dramáticas, arriscando perder o que já conseguiram até agora.

O povo observa que, embora a democracia apresente muitos benefícios, ela não conseguiu dar fim à corrupção, ao nepotismo, ou à simples ineficácia do governo. Não proporcionou para todos um emprego ou um salário maior no fim do mês, e tampouco acabou com a enorme

No início do ano 2001, o Departamento da Defesa estabelecerá um instituto aberto que irá oferecer uma miríade de programas civis e militares, visando abranger uma maior audiência e manter o público a par da evolução política externa dos EUA. Esse Instituto será o líder em cursos como manutenção da paz, operações contradrogas e justiça militar, tudo isso para incrementar a cooperação regional. Contribuirá ainda para um melhor relacionamento entre civis e militares, e entre militares, ao reunir militares, policiais e alunos civis de todo o hemisfério.

desigualdade na distribuição de riquezas sofrida pela maioria desses países. A situação se agrava ainda mais porque o fortalecimento das instituições públicas e dos serviços básicos prestados pelo governo não conseguiram atingir o nível das crescentes expectativas do povo. Portanto, o resultado que vemos nas pesquisas de opinião é que a maioria dos latino-americanos endossam a democracia como um sistema, mas estão muito descontentes pela forma como a democracia, nos seus respectivos países, oferece os serviços básicos e melhora o padrão de vida. Não é preciso ser vidente para prever que o apoio à democracia irá desaparecer diante de uma privação econômica. Potencial econômico é muito importante, mas será destruído pela corrupção, sistemas legais indiferentes e instituições civis fracas. Todos estes temas devem ser abordados se quisermos que a democracia tenha sucesso. Citando, mais uma vez, a Secretária de Estado Albright: “a pobreza é inimiga da democracia. Tanto a democracia como a prosperidade, para sobreviverem, têm de estar bem fundamentadas”. Onde não há desenvolvimento, a democracia não sobrevive.

Outra preocupação presente é que a política deixou de ser um ponto de discussão entre os civis de alguns países do hemisfério, resultando conseqüentemente no rompimento da estrutura dos partidos políticos, bem

como a sua eficácia. Esses rompimentos enfraquecem as instituições e aumentam as crises econômicas. Os mais recentes acontecimentos ocorridos no Andes e no Haiti são por si um testemunho do que estamos falando. No Ecuador, em janeiro do ano 2000, os Estados Unidos, os países vizinhos do Equador e o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), enviaram imediatamente fortes mensagens rejeitando qualquer interrupção na ordem constitucional democrática quando ações por alguns líderes militares e líderes indígenas ameaçaram a democracia. Finalmente, os líderes militares passaram o poder para o Vice-Presidente, o próximo na linha de sucessão. No Peru, o presidente Fujimori ignorou os pedidos dos EUA e da OEA, bem como da comunidade internacional para pospor o segundo turno das eleições presidenciais. O resultado das eleições em 28 de maio não foi nem justo nem livre. Subseqüentemente, o presidente Fujimori anunciou que seria realizada uma nova eleição para presidente para a qual ele não se candidataria. Essas eleições serão realizadas em abril de 2001. Além disso, uma missão da OEA está trabalhando em conjunto com o Governo e o partido oponente a fim de promover o diálogo e uma reforma democrática.

Os EUA bem como a comunidade internacional trabalham ativamente a fim de auxiliar o Haiti a preparar-se para suas eleições. Espera-se que elas sejam realizadas o mais breve possível, de uma forma livre, transparente e justa. Democracias consistentes promovem partidos políticos organizados que eficazmente canalizam as exigências de seus cidadãos numa plataforma política coerente que pode ser agilizada de forma democrática.

Embora, durante os últimos 15 anos, o dramático aumento de organizações não governamentais na região seja um saudável sinal de cidadãos organizados e de ativismo, não pode preencher a necessidade de organizações políticas bem fundamentadas.

Além das grandes disparidades econômicas e uma redução de discussões sobre política, ameaças modernas não isoladas, como é o caso do narcotráfico, desafiam a região e exigem esforços multilaterais para que possam ser combatidas com êxito. O governo do presidente Pastrana, na Colômbia, está enfrentando a grande ameaça dupla, o narcotráfico e a insurreição. Felicitamos o povo colombiano, bem como o seu governo, na manutenção da democracia frente a essas ameaças, mas, também reconhecemos que um significativo apoio internacional para o “Plan Colômbia” — a ambiciosa proposta do governo da Colômbia para trazer a paz e prosperidade para todo o seu povo — será necessário para a prevalência da democracia e o restabelecimento da paz. Nosso apoio ao “Plan Colombia” é bem equilibrado, abrangente e regional, criando condições que apóiam um bom gerenciamento governamental e o cumprimento da lei. No entanto, o



Manutenção da paz na fronteira entre Equador e Perú.

Fotos: Diálogo

Ameaças, novas e não-tradicionais, que não reconhecem fronteiras — crime transnacional, lavagem de dinheiro, imigração ilegal, terrorismo . . . só podem ser abordadas eficazmente através de uma cooperação multilateral. São necessárias comunicações eficazes entre governos nacionais e forças de segurança profissionais para que se possa responder apropriadamente e aumentar a capacidade para ações conjuntas e multinacionais. Um bom exemplo de cooperação multilateral e compromisso com a segurança regional é o acordo assinado, em 1995, entre o Equador e Peru. Com o apoio dos países garantes (MOMEPE) — Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos, as negociações para a solução da crise fronteiriça e a desmilitarização da zona de combate entre aqueles dois países foi bem-sucedida.

apoio monetário de \$1.7 bilhão de dólares dos EUA é apenas uma parte da assistência necessária para que o referido plano seja um êxito. Por que devemos auxiliar dessa maneira a Colômbia? Porque essas ameaças que estamos procurando vencer são de escopo transnacional. Drogas, insurreição, e as migrações em massa da população desalojada, têm efeitos muito mais profundos, atravessando fronteiras e — no caso das drogas — se localizando nos lares não apenas norte-americanos, mas por todo o hemisfério e o resto do mundo.

Não se deve esquecer que Cuba representa um desafio contínuo para o hemisfério. Procuramos uma transição pacífica para a democracia, em respeito aos direitos humanos, eleições livres e justas, uma sociedade civil independente e uma economia aberta. Mas, este esforço

não deveria ser apenas norte-americano. Esforços para formar uma coalizão internacional dedicada aos direitos democráticos e humanos em Cuba, são importantes e eficazes — como foi evidenciado pela coragem e a liderança demonstrada pelos líderes da região durante seus encontros com os dissidentes e falando sobre direitos humanos na cúpula ibero-americana realizada em Havana em 1999. O governo de Cuba acredita que os direitos humanos, bem como a sua inexistência, devem ser única e exclusivamente preocupação deles. No entanto, na nossa óptica as violações aos direitos humanos em um país não são apenas um problema daquele país, mas da comunidade internacional — particularmente neste hemisfério. Essa premissa tem por base a Declaração Universal dos Direitos Humanos e é um dos fundamentos da Comissão das Nações Unidas sobre os Direitos



O cultivo de drogas ilegais está causando preocupações ambientais na Colômbia.

O governo do presidente Pastrana, na Colômbia, está enfrentando a grande ameaça dupla, o narcotráfico e a insurreição. Felicitamos o povo colombiano, bem como o seu governo, na manutenção da democracia frente a essas ameaças, mas, também reconhecemos que um significativo apoio internacional para o “Plan Colômbia” — a ambiciosa proposta do governo da Colômbia para trazer a paz e prosperidade para todo o seu povo — será necessário para a prevalência da democracia e o restabelecimento da paz. Nosso apoio ao “Plan Colombia” é bem equilibrado, abrangente e regional, criando condições que apóiam um bom gerenciamento governamental e o cumprimento da lei.

Humanos em Genebra. Esse mês, a Comissão irá votar numa resolução tendo como países garantes a República da Checoslováquia e a Polônia que expressam sua preocupação pela contínua violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em Cuba. Essa resolução, aprovada no ano passado, será outra oportunidade para enviar uma mensagem alertando que a atitude do governo cubano em relação aos direitos humanos continua a ser uma preocupação para todo o mundo.

Enfrentando os Desafios

Já existem muitos mecanismos que nos podem auxiliar a enfrentar os desafios do século XXI. Um dos principais fatores é que os líderes do hemisfério não somente reconhecem os problemas, mas também já estabeleceram um ambicioso plano para alcançar resultados — o pro-

cesso para a Cúpula das Américas. Devido a este processo, a cooperação entre os países do hemisfério é sem precedentes, tanto em escopo como em profundidade. Nossa cooperação abarca a energia, o transporte, o meio ambiente, a reforma judicial, e a maioria das áreas que se relacionam de uma forma ou de outra com o povo das Américas. A cúpula realizada em Santiago, em 1998, enfatizou o rápido melhoramento da qualidade e acessibilidade da educação.

A Organização dos Estados Americanos além de facilitar a cooperação econômica, social e política em todo o hemisfério, promove ativamente medidas para ter preeminência no conflito regional. Mecanismos tais como as Medidas para a Construção de Segurança e Confiança (*Confidence and Security Building Measures – CSBMs*), o Comitê de Segurança Hemisférica (*Committee on*

Hemispheric Security) e a Junta Interamericana de Defesa (JID) promovem a cooperação regional para os problemas de segurança hemisférica. Essas organizações interamericanas reconhecem a importância e a interconexão entre o controle, os requisitos militares e a segurança democrática, e auxiliam a definir o que é segurança hemisférica no contexto do novo milênio.

Numerosos foros, além da Cúpula das Américas e da OEA, oferecem uma grande cooperação regional para que haja uma colaboração entre os líderes civis e militares e entre os militares do hemisfério. Cidadãos do hemisfério se reúnem durante conferências e programas de treinamento proporcionados por organizações tais como Centro de Estudos para a Defesa Hemisférica (*Center for Hemispheric Defense Studies — CHDS*), os Ministérios da Defesa das Américas, as instituições de educação e treinamento das forças armadas, e o prestes a abrir Instituto do Departamento de Defesa para Treinamento e Educação Militar Profissional. Organizações não governamentais também têm seu papel, o qual cresceu muito nas últimas décadas e continuará a se expandir na medida em que a sociedade civil da América Latina e do Caribe comecem a criar raízes. Viagens, turismo, intercâmbios acadêmicos, maior cobertura da mídia, televisão via satélite e a Internet fazem uma expressiva contribuição para a união do povo deste hemisfério. E, finalmente, organizações regionais, profissionais e civis, procuram a ajuda de seus colegas, em outros países, ainda com maior frequência. Esses laços oferecidos “pelo povo para o povo” promovem um entendimento mútuo e constituem-se na força que os impele para uma maior integração futura. O público que assiste de longe também exerce uma considerável influência nos tomadores de decisões políticas em seus respectivos países.

Papel do Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação de Segurança

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para reconhecer os esforços realizados, no passado, pela Escola das Américas do Exército dos EUA em apoio à política externa para o Hemisfério Ocidental nessas quatro últimas décadas. Por meio de seu currículo acadêmico e do adestramen-

to, formou militares profissionais e civis com uma visão geral dos militares, ajudou a consolidar a democracia e o respeito pelos direitos civis e humanos — seu curso de Sustentação da Democracia é um bom exemplo.

No início do ano 2001, o Departamento da Defesa estabelecerá um instituto aberto que irá oferecer uma miríade de programas civis e militares, visando abranger uma maior audiência e manter o público a par da evolução política externa dos EUA. Esse Instituto será o líder em cursos como manutenção da paz, operações contradrogas e justiça militar, tudo isso para incrementar a cooperação regional. Contribuirá ainda para um melhor relacionamento entre civis e militares, e entre militares, ao reunir militares, policiais e alunos civis de todo o hemisfério. Neste nível, cooperação e engajamento são fundamentais para a formação e manutenção de parcerias regionais fortes e apoio ao compromisso à democracia na América.

Conclusão

Os Estados Unidos e a América Latina se colocam como vizinhos não apenas no início do novo século e milênio, mas também de uma nova era onde a crescente cooperação das últimas duas décadas deverão ser amalgamadas num permanente compromisso de apoio mútuo e prosperidade compartilhada. Eliminar as barreiras comerciais, auxiliar na preservação da democracia, reduzir a pobreza na região e enfrentar ombro a ombro o combate contra os perigos, como o narcotráfico, fortalecerão não somente a nossa estabilidade e o bem estar, como também a de nossos vizinhos. O novo Instituto do Departamento de Defesa, bem como os outros estabelecimentos de educação e adestramento dos EUA já estabelecidos continuarão a realizar um importante papel nessa área. Aos graduados corresponde o papel-chave, em seus respectivos países, de propagarem o que eles aprenderão nesse novo Instituto, bem como em outras instituições, para apoiar e incrementar a estabilidade regional por meio de relacionamentos cívico-militares mais profundos, fortalecendo cada vez mais os laços coletivos. Portanto, prossigamos juntos para fazer deste, um hemisfério onde a segurança e a prosperidade seja uma herança comum para todos. **MR**

A Sra. Roberta Jacobson é Subchefe da Missão na Embaixada dos Estados Unidos em Lima, Peru. Possui os títulos de Bacharel em Artes pela Brown University, com especialização em Ciências Políticas e Política Latino-Americana, e de Mestre pela Fletcher School of Law and Diplomacy, especializando-se em Estudos de Segurança e Política do Hemisfério Ocidental. Ocupou outras posições importantes no Departamento de Estado, dentre elas a de Diretora do Escritório de Planejamento e Coordenação de Políticas no Gabinete de Assuntos do Hemisfério Ocidental; Diretora Interina no Gabinete de Assuntos Cubanos, Supervisora da implementação inicial do Acordo Bilateral sobre a Migração; e Assessora Executiva do Secretário Assistente para Assuntos Interamericanos. É autora de artigos sobre a teologia da liberação na América Latina e as obras realizadas pelo Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação Antifeminina.